

O que aprendemos da Psicanálise nos atendimentos de crianças numa Clínica-Escola

Por Valeria Wanda da Silva Fonseca*

Nossa pretensão neste trabalho é refletir sobre as balizas éticas que orientam os ensinamentos e a práxis da Psicanálise nas Clínicas-escola. Elas se caracterizam por ser um espaço da prática que atende a duas clientela: aos alunos, com suas demandas específicas em termos de objetivos educacionais, desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes - através da experiência de iniciação à escuta clínica nos estágios - e aos pacientes adultos, jovens e crianças que demandam atendimentos psicológicos na Universidade.

Nesse espaço, os alunos são inseridos no universo semelhante às atividades de um psicólogo, porém são serviços que apresentam uma ordenação institucional e guardam problemas inerentes a qualquer serviço ambulatorial de saúde mental: a demanda espontânea e induzida, seu escoamento, os encaminhamentos, a existência ou não da lista de espera, a triagem, a necessidade de equipes interdisciplinares, o gerenciamento do serviço, entre outros, porém se diferenciam na medida em que é lugar de formação e de pesquisa. Com essas características, como a Psicanálise pode participar em toda essa engrenagem? Temos, como desafio, a articulação entre as necessidades da formação acadêmica, as necessidades sociais, entre ensino e extensão e a experiência da Psicanálise, que é apresentada pelo supervisor/psicanalista, com sua formação e experiência.

É espaço de aprendizagem, pois entendemos que os conceitos da clínica psicanalítica, na Clínica-escola, são adquiridos conjuntamente com a prática de estágio. Lugar de ensino, de prática, de supervisão dos atendimentos, e de construção de caso clínico. O aluno depara-se com o fato de que a clínica não é um lugar para se aprender um conjunto de regras técnicas ou um modo de interpretar, mas é espaço de criação de

* Psicóloga Clínica (CRP 04/4320), Psicanalista, Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, Professora Substituta no Departamento de Psicologia UFJF. Membro do ISEPOL/RJ; Coordenadora da Comissão do SUAS do CRP/MG – Sudeste. E-mail: valeriawanda60@gmail.com.br

novas possibilidades de pensar. Os sujeitos nos procuram porque sofrem e querem uma resposta para o seu adoecer, para a sua dor psíquica. E será uma angustiante experiência não dar respostas imediatistas, repetir clichês de ideal de comportamento, e se deixar experimentar o intervalo entre o pedido do paciente e a nossa resposta, não para superá-lo ou tamponá-lo, mas para apreendê-lo em sua existência constante, e identificar que este é o saber em jogo na clínica.

O aluno conhecerá o hiato entre o saber exposto em sala de aula, o conteúdo aprendido, e o que se passa na cena clínica, a experiência analítica. A clínica é lugar da suposição de um saber e não de sua exposição, que é o caso do ensino formal universitário, no qual o saber se transmite em forma de conceitos-padrão para um grande número de sujeitos subtraídos em sua singularidade. Espera-se que a supervisão abra espaços à possibilidade de uma prática que leve à produção de saber - ao recolher o que é escutado na clínica pelo estagiário, e em seguida associá-lo à teoria. Assim, estaremos apresentando, na formação universitária, proposta de experimentar o efeito de revisão conceitual na interseção teoria-prática, a chamada Psicanálise Aplicada.

Nas conferências de Serge Cottet, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2003, publicadas em 2005, afirmou-se a complexidade desses debates - o momento atual da psicanálise no mundo globalizado – em que o discurso sobre o sofrimento é quantificado e domesticado: “[...] os psiquiatras, trabalhadores da saúde mental e os psicanalistas sabem que as democracias e o laço social são muito frágeis, baseados em um delicado manejo das crenças sociais. Estas são ficções, que devem ser respeitadas e, eventualmente, tratadas” (COTTET, 2007, p. 149-150).

O desafio do analista/supervisor está em construir, junto ao orientando, o processo transferencial que lhe permita escutar, no sujeito queixoso, a possibilidade de problematizar sobre seu padecimento, e assim instalar minimamente a confiança para construção de uma singularidade. Não há enquadramento *standard* dos atendimentos, nem tampouco como o discurso psicanalítico será aplicado, porém propomos que, nas supervisões, se converse sobre psicanálise aplicada - a formação, as entrevistas iniciais, a responsabilidade terapêutica, os limites temporais e análise. Portanto, trata-se de uma posição política. o analista partilhar da responsabilidade pública com a ordem social, através do seu trabalho, e “permitir a um sujeito ter a experiência do inconsciente, para

encontrar a lógica de suas decisões e de sua posição na vida, é assegurar-lhe a possibilidade de sair da repetição do pior” (COTTET, 2005, p.35).

A população que procura as Clínicas- escola nas Universidades

Que adultos e crianças procuram as Clínicas-escola? Em geral, são sujeitos que se consideram precários na sua condição de procurar um consultório particular e, diante do sofrimento mental, buscam atendimento psicológico nas Universidades. Escrevi a minha Tese de Doutorado pela UFRJ (Fonseca, 2013), a respeito “dos efeitos subjetivos da pobreza material e as consequências do empobrecimento psíquico”. Foi-me possível verificar que um dos efeitos civilizatórios mais cruéis da sociedade de consumo é o empobrecimento material e o sofrimento psíquico a que o mesmo se associa.

Não negamos o fato sociológico que indica que a desigualdade social e econômica são fatores embaraçadores e/ou até impedidores de muitos brasileiros no que diz respeito ao acesso a determinados bens de consumo, inclusive saúde e educação. Porém, depois dessa pesquisa, tenho a certeza da contribuição que a Psicanálise, ao pretender ser *aplicada*, pode oferecer para pensar, na clínica, e os efeitos subjetivos do laço social. Cabe aos psicanalistas outro olhar sobre a questão da desigualdade, pois consideramos que temos a tarefa de analisar as especificidades de como cada sujeito se constitui, independente da classe social a qual pertença. A igualdade que pleiteamos é a de que todos tenham acesso simbólico, o que possibilita o uso dos recursos da linguagem e da cultura na constituição da realidade psíquica, que testemunha que há uma realidade compartilhada e guarda os restos da extração do real.

Freud fez uma discussão essencial a respeito da *práxis* da psicanálise, no período de 1913 a 1920. Foram estudos sobre a clínica psicanalítica e sua ampliação ao maior número de pessoas na sociedade, nesse período, Freud demonstrou que tínhamos uma doença psíquica que se alastrava como uma epidemia social – *a pobreza*. No V Congresso Psicanalítico Internacional, (1918 [1919 a /1918]) em Budapeste, na conferência, "Linhas de progresso na terapia analítica", Freud foi afirmativo ao declarar que estávamos diante de um tipo de neurose extremamente grave – a miséria social e psíquica. Reconhece que a miséria social e psíquica são sintomas do processo de civilização, e que tal concepção só foi possível com a teoria das pulsões. Entendemos

que o pacto civilizado decorre do modo como o Eu realiza simultaneamente a satisfação pulsional e atende às exigências da realidade, cujo processo resulta na divisão do Eu. Essa divisão leva a um empobrecimento do Eu, ou seja, à redução de recursos simbólicos para administrar a relação entre a satisfação pulsional e a realidade, que podemos associar como uma das consequências graves desse processo - a pobreza material.

Nesse mesmo Congresso, ele denunciou a enorme quantidade de miséria neurótica que existe no mundo e que talvez não precisasse existir. “As neuroses ameaçam a saúde pública não menos do que a tuberculose, que, como está, também não podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade” (v. XVII, p. 210). A solução viria através da responsabilização do Estado e da sociedade sobre a necessidade urgente de o pobre ter direito a uma assistência à sua mente, tanto quanto tinha direito a uma cirurgia. E sugere que esses atendimentos aconteçam em instituições ou clínicas de pacientes externos, para as quais serão designados analistas preparados, “de modo que homens que de outra forma cederiam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, crianças para as quais não existe escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose, possam se tornar capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente” (Ibidem, p. 210). E que tais tratamentos seriam gratuitos.

A partir desses pressupostos traçou os indicadores da psicanálise aplicada à terapêutica, e a urgência da necessidade de expansão da psicanálise à população pobre. Freud se preocupou com os desvios da teoria e da clínica, posteriormente Lacan denunciou tais desvios e os riscos à existência da Psicanálise, e ambos tinham razão ao identificarem que seria na *formação dos analistas* que aconteceriam os desvios da técnica e da doutrina da psicanálise.

O adulto e sua família na Clínica-escola:

O percurso que desenvolvi até aqui teve o propósito de dizer que a Universidade, através da sua Clínica-escola, ciente da sua responsabilidade, pode finalmente receber os adultos e as crianças. Pois estes trazem o que há de essencial na teoria e clínica psicanalítica: a tese de que toda a família guarda seus segredos (MILLER, 2007), e que os mesmos são denunciados nos sintomas das crianças.

A família prevalece na primeira educação, atua no recalque das pulsões, na aquisição da língua materna. Preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico e transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência. Estabelece entre as gerações uma continuidade psíquica cuja causalidade é de ordem mental. Em tempos atuais, cabe-nos repetir, quanta vezes for necessário, que o bebê humano é totalmente desaparelhado, desamparado, incapaz de reação adaptativa por si só. Toda função de cuidado é delegada ao outro, que transmite, por seu testemunho, os valores morais e culturais. A partir dos arranjos que envolvem a realidade psíquica e dos níveis de relação com a realidade material, temos os norteadores da constituição da realidade subjetiva.

Na Clínica-escola, a proposta para os acadêmicos e pacientes será o de conhecer o conceito de família e discutir como responsabilizar o sujeito por seus atos. Temos a tradição de “culpar o Outro” pela nossa infelicidade, tendência humana, ou melhor, neurótica que patrocina os encontros e desencontros na família, sede privilegiada dos mal-entendidos da subjetividade. Na direção do tratamento, torna-se um desafio o propósito de fazer o paciente parar de queixar-se da sua família para interessar-se por suas próprias condições de satisfações.

Lacan em “Os complexos familiares na formação do sujeito” [(1938) 2003], destacou o valor simbólico da família – o laço social que aglutina, que transmite o mal-entendido fundamental da linguagem. A família humana desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Os pais são para criança a autoridade única e a fonte de todo conhecimento. Tais postulados refletiam a tese freudiana de que o romance familiar seria decorrente da decepção das crianças com seus pais. Freud inicia o texto “Romance Familiar” (1909[1908]) afirmando que, ao crescer, o sujeito se liberta da autoridade dos pais, e que este processo é um dos mais dolorosos, presumindo que todos que experimentam tal vivência estariam, pelo menos em parte, situados no campo da normalidade. E os que falharam nessa travessia seriam a princípio os neuróticos.

A criança idealiza e depois se decepciona com seus pais, sendo muitas vezes por causa de negligência, ou de se sentir menos amada. Os significantes que marcam o sujeito designam tipos de pais, de mães, ou de configurações familiares considerados inadequados para o desenvolvimento edípico da criança (COTTET, 2007). Ela passa à atividade imaginativa que constitui a realização de desejos e uma retificação da vida

real. A criança brinca, cria seus próprios pais e desafia-os no que se refere à diferença sexual, cria romances em que pode atualizar as rivalidades, a paixão, o Édipo que em muitos se perpetuam na vida adulta, como os restos do infantil que se mantêm atuantes no sujeito adulto.

Na psicanálise de orientação lacaniana, o sintoma da criança sempre se relaciona com a família: por um lado, do modo como ela se inscreve no discurso familiar e, por outro, do modo de fazer existir uma família. Essa transmissão não é da ordem das necessidades e da realidade e sim de uma dimensão simbólica, mais precisamente, do desejo de que não seja anônimo. Para Lacan, “é por tal necessidade que se julgam as funções da mãe e do pai. Da mãe, na medida em que seus cuidados trazem a marca de um interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas. Do pai, na medida em que seu nome é o vetor de uma encarnação da Lei no desejo.” (LACAN, [(1938)2003, p. 369].

Desse modo, ele desloca a função da família de uma transmissão da cultura para um dispositivo de transmissão do desejo e de contenção do gozo, ou seja, de transmissão da castração. Portanto, a família, para a psicanálise de orientação lacaniana, não está formada pelos pais e filhos (relações de filiação), e sim pelo significante Nome-do-Pai e o Desejo da Mãe. Esses modos de parentesco são constituídos, menos conforme os laços naturais e de consanguinidade, que a partir de ritos que legitimam e criam os laços fictícios.

Em toda família, há proibições, leis, autoridade, modo de parentesco, regras de herança e sucessão. Ainda, “Nos complexos familiares” (1938), Lacan propõe o rompimento com uma leitura biológica da família, e pensar o conceito de complexo. Para ele, o complexo pertence ao domínio da cultura e ao domínio do inconsciente. Ao relativizar as diferentes formas familiares existentes, suas relações não estão definidas pelo instinto. Dá lugar à invenção humana, através do simbólico, precisamente porque nesse lugar nada está escrito. Toma, portanto, o artifício, a invenção, como aquilo que regulamenta a existência humana.

Hoje, lidamos com o fracasso das utopias comunitárias que supunham poder dispensar a família na constituição psíquica, porém, como afirma Lacan ([1969],2003, p. 369) em “Nota sobre a criança”, refere que “ a função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a

irredutibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo.”, a despeito de todas as transformações em sua forma de organização, que assegura a ela uma transmissão irredutível. Essa transmissão não é da ordem das necessidades e da realidade e sim de uma dimensão simbólica, mais precisamente.

Essa concepção nos permite romper com uma leitura ambientalista da família. Não se trata da família constituída de pessoas, mas de uma estrutura simbólica, edípica, constituída de funções. Assim, de acordo com essa perspectiva, qualquer tentativa de explicar, por exemplo, o fracasso escolar pela via das noções de carência afetiva, ausência dos pais, desestruturação da família, tomadas em seu caráter ambiental, torna-se insuficiente (SANTIAGO e COUTO, 2007).

Um pai fracassa não porque ele é desvalorizado do ponto de vista dos ideais sociais, mas porque essa carência está inscrita na estrutura do ser falante. Qualquer tentativa de obturar essa falha impede o sujeito do acesso ao saber. A incompletude do Outro, sua inconsistência, rompe com toda possibilidade de considerar o pai como mestre. Trata-se, então, de um pai castrado. É, portanto dessa falha estrutural do pai que cada sujeito, de modo singular, inventa algo que “faz às vezes” disso que pode organizar a cadeia significante e barrar a satisfação incestuosa, ao unir o desejo à lei.

No Seminário “R.S.I.”, (1975), Lacan refere que um pai só tem direito ao respeito e ao amor se se atreve a por em jogo seu desejo perverso no encontro com uma mulher, fazendo dela causa de seu desejo. Um pai só é consequência da orientação do desejo de um homem por uma mulher. Cabe ao pai então, fazer de uma mãe uma mulher e, desse modo, impedir que a criança fique numa posição na qual poderia entregar a esse Outro tudo o que lhe falta. Ele impede que a criança tente satisfazer esse Outro materno saturando seu desejo. A mãe, por sua vez, ao aceitar esse lugar de mulher que orienta o desejo do pai, se enfrenta com sua própria castração e não se torna toda mãe. É essa versão do pai que assegura a divisão materna, suporta uma estrutura de transmissão do desejo e barra o gozo.

Com esses ensinamentos, concluímos que mesmo um pai desvalorizado socialmente, pouco ideal, como nas diversas situações clínicas que atendemos, pode operar enquanto uma função. O pai, portanto, longe de transmitir um ideal, transmite

seu modo de se arranjar com o desejo e o gozo. Ele deixa uma marca pela sua presença, que Lacan situou do lado dos pecados do pai, de suas paixões, de sua falta. Funda o respeito e o amor ao pai não mais sobre um pai ideal, e sim sobre um pai marcado por sua causa sexual.

A família contemporânea pode alimentar-se de idealizações acerca dos laços familiares, desembaraçá-los dos modelos e entraves à liberdade de escolha, fazendo dela um lugar de experimentação. Podemos chamar de romance familiar parental, o conjunto de ficções que sustentam as recomposições e os equívocos do funcionamento familiar de hoje, em favor do tipo de parentalidade escolhida. Estas ficções se esforçam para dissolver todos os semblantes que, até agora, mantinham na hipocrisia o essencial da vida em família.

Não são raras as demandas de análise decorrentes de ressentimentos de algum membro da família que tem sensação de haver calado por demais, e traz, com essa necessidade de dizer, de contar, de denunciar o acontecido: um ato do Outro-familiar que rasgou o véu dos semblantes, que foi vivido com horror e destinado à indignação. Trata-se do momento traumático quando no mais familiar se introduz a presença inquietante do Outro gozo, esse real e singular no Outro que produz ódio e separação. Podemos citar alguns exemplos: a infidelidade, o incesto, o crime, a psicose, que anunciam um não dito, que concerne ao sujeito, porém faz referência ao gozo do outro, o gozo de um pai ou de uma mãe.

Com estes estudos, propomos que, simultaneamente aos atendimentos com as crianças, ocorram entrevistas com seus responsáveis. Observar a dinâmica da família e dar voz à criança é fundamental. Nos atendimentos, as crianças são convidadas a falar de tudo aquilo que as incomoda. É inevitável nesse momento que elas falem/brinquem, apresentando seus impasses com o Outro, seja ele familiar ou escolar. Elas falam para que deixem de se colocar como vítima ou objeto desse Outro, e em seguida se responsabilizarem pela parte que lhes cabe nesses impasses. Mesmo a criança que traz como queixa o “fracasso”, em particular na escola, deve ser conduzida a se responsabilizar por seu fracasso, por seu dizer e seu ato, ao invés de culpabilizar o Outro, escolar ou familiar.

O efeito dessa oferta da palavra é quase imediato: permite também que essas crianças desconstruam a família ideal almejada por elas, incluindo aí o pai, e

reconstruam a família e o pai possíveis, que permitam a ela se organizar e se localizar como sujeito no mundo. O tratamento clínico permite a esse sujeito abrir uma questão sobre o Outro, sobre o desejo do Outro, que retifica sua posição subjetiva diante do saber inconsciente, dando-lhe acesso à família que lhe deu um nome.

Referências bibliográficas

COTTET, Serge. **Efeitos Terapêuticos na clínica contemporânea**. In: COELHO DOS SANTOS, Tânia (Org.) Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p.11 - 58.

_____. **O avesso das famílias: o romance familiar parental**. In: Revista Asephallus. Volume 2, número 7, maio a setembro de 2007.
http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/pdf/artigo_04.pdf

FONSECA, Valeria Wanda da Silva. **Os efeitos subjetivos da pobreza material e as consequências materiais do empobrecimento psíquico**. Tese de Doutorado pela UFRJ. Departamento de Psicologia, 2013.

FREUD, S. **Romance Familiar**. (1909[1908]). In: Edição Standard Brasileira da Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. IX, p. 241 – 250.

_____. **Sobre o início do tratamento** (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I) (1913) In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XII, p. 163 -187.

_____. **Uma dificuldade no caminho da Psicanálise**. (1917)]. In: Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVII, p. 171 - 179.

_____. **Linha de progresso na terapia psicanalítica**. V Congresso Psicanalítico Internacional [1919(1918)]. In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVII, p. 199 -211.

LACAN, J. **Os complexos familiares na formação do indivíduo**. (1938) In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2003.

_____. **Nota sobre a criança**. (1969) In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2003.

_____. **R.S.I. Seminário 22**, (1974-75). (Inédito). Tradução Português/Francês

MILLER, J.A. **Assuntos de família no inconsciente**. In: Revista Asephallus. Volume 2, número 7, maio a setembro de 2007.
http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/pdf/artigo_04.pdf

SANTIAGO e COUTO, Ana Lygia e Margaret Pires. **Família e fracasso escolar**. In: Revista Asephallus. Volume 2, número 7, maio a outubro de 2007.
http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/pdf/artigo_04.pdf